

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - CAMPINAS/SP

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº. 06/2020

A empresa CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA., empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.756.239/0001-59, com sede na Rua Rio Amapá nº 18 - Nossa Senhora das Graças, CEP. 69.053-150, Manaus / Amazonas, por seu Representante Legal, vem, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, apresentar

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a Habilitação da Proposta de preços e documentos de habilitação da empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, decisão considerada incorreta e o faz mediante a exposição fática e jurídica que adiante passa a aduzir.

#### I - TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a Decisão Administrativa ora atacada se deu em 05/11/2020 sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, dia 10/11/2020, conforme item 11.2.3 do edital, razão pela qual se deve conhecer e julgar o presente.

#### II - DOS FATOS

A licitante, já qualificada nos autos, adquiriu o Edital com o fim de participar da licitação para a Contratação de eventual prestação de serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Sede Administrativa, Sede Judicial e seus Anexos, todos sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo toda mão de obra e materiais necessários, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo IV, partes integrantes deste edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Com a reabertura da sessão no dia 05/11/2020, a empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI foi declarada VENCEDORA HABILITADA, para os Lotes 1, 2, 3 e 5 de modo que nossa empresa encontrou algumas inconsistências nos documentos de habilitação da empresa, pelos motivos pertinentes que passamos a expor:

#### I - DA DEFICIÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - EIRELLI

O balanço patrimonial demonstra como encontram-se as finanças da empresa, portanto, é utilizado nas licitações para verificar a qualificação econômico-financeira de um licitante.

Isso porque a Lei de Licitações permite que a Administração verifique se o licitante possui capacidade de cumprir o contrato. Essa capacidade de cumprir o contrato também é a condição de suportar os encargos econômicos oriundos da relação. Além disso, é necessário verificar a saúde financeira da empresa.

O instrumento convocatório exige que a empresa apresente,

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Para que o balanço da empresa seja reconhecido na forma da lei é necessário o cumprimento de algumas formalidades, que a empresa não cumpriu, dentre elas:

- 1) A assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade no BP e DRE (podem ser assinados digitalmente), fundamentado no §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; § 4º do art. 177 da lei 6.404/76; alínea "a", do art. 10, da ITG 2000(R1);
- 2) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro), fundamentado no art. 1.181, da Lei 10.406/02 e alínea "b", do art. 10, da ITG 2000(R1). -Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;
- 3) Não apresentou o Certificado de Regularidade do Contador - CRC, onde indica se o profissional é habilitado e está em situação regular perante ao seu Conselho Regional de Contabilidade, fundamentado no parágrafo único do art. 2º, da Resolução CFC 1.402/2012; O Exercício de qualquer atividade contábil é prerrogativa do profissional da Contabilidade em situação regular perante o respectivo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Ao se ponderar quanto ao teor do julgamento acima apontado, aplicando-o analogicamente ao caso em tela, fica evidente que o interesse da Administração Pública é deter a certeza de que a licitante, no momento da apresentação de sua Proposta Comercial - conforme regulado no § 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/93 - detém o lastro patrimonial mínimo necessário à contratação do objeto licitado.

Ao passo que analisamos o que estamos demonstrando a descabida habilitação da mencionada empresa, vejamos

o vulto do objeto em questão:

ITEM 1 – R\$ 99.999.982,08

ITEM 2 - R\$ 100.106.196,37

ITEM 3 - R\$ 101.990.990,90

ITEM 5 - R\$ 99.999.982,08

VALOR DO SOMATÓRIO DOS ITENS: R\$ 402.097.151,43

(Quatrocentos e dois milhões, noventa e sete mil, cento e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos).

Ao apresentar somente o SPED contábil, sem qualquer chancela de registro na Junta Comercial, sem assinatura do Contador e Representante legal da empresa, sem Notas explicativas, vemos uma empresa sendo habilitada numa licitação cujo objeto superior a 1.000 vezes seu Capital Social, diga-se por sinal, apenas R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), E ESTE AINDA SUBSCRITO, ou seja, Capital NÃO INTEGRALIZADO, é apenas uma “promessa” de investimento.

Perguntamos: Teria a ENGTECH condições de suportar financeiramente a execução do objeto nesse vulto?

A QUESTÃO NÃO É ESTAR OU NÃO ESTAR NO SPED, MAS SIM DE APRESENTAR O BALANÇO NA FORMA DA LEI O QUE NÃO FOI FEITO. TODAS AS EMPRESAS, SEJAM ELAS OPTANTES OU NÃO PELO SIMPLES, TEM QUE APRESENTAR O BALANÇO NA FORMA DA LEI, O QUE NÃO OCORREU.

É gritante as incongruências no Balanço da empresa ENGTECH. Ao analisarmos sua conta Passivo, consta somente uma obrigação tributária de R\$ 4.995,00 (quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais) além da sua Receita Operacional no ano de 2019 ter sido de R\$ 254.557,05 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), COMO A EMPRESA ENGTECH PODE GOZAR DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA PARA UMA LICITAÇÃO DESSE VULTO?

Tal ato, infringe um dos princípios basilares da Licitação que é do Julgamento Objetivo, baseado em critérios e parâmetros concretos, precisos, previamente estipulados no instrumento convocatório, que afastem quaisquer subjetivismos no julgamento das propostas apresentadas.

Ademais, não se pode afastar outro importante Princípio que é da Razoabilidade e proporcionalidade, corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma razoável, proporcional, legal e objetiva.

O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Por conseguinte, a empresa deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com toda a obrigação contratual, contar com possíveis atrasos no pagamento. Nesse sentido, não é demais lembrar que os prazos de pagamento, ou melhor, os atrasos de pagamento, bem como as cláusulas contratuais (em especial a do art. 78, XV, da Lei 8.666/93) que estabeleçam condições mais favoráveis à Administração (contratante) do que à empresa vencedora da licitação (contratada). Por exemplo: sem direito a reclamação, a empresa contratada deverá aguardar o prazo de pagamento, geralmente de 30 dias após a apresentação dos documentos de cobrança, bem como um possível atraso de 90 dias (art. 78, XV) – a resultar em 120 dias – para só então ter o direito de pleitear a suspensão da execução do contrato.

Vemos que infringiu princípios constitucionais e a Lei de Licitações, além de criar uma grande insegurança para a Administração Pública na contratação de empresa em que consta sérios indícios de insuficiência financeira, nesse caso, e sendo assim, não pode ser sustentada a Habilitação da ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.

## II – DA NÃO APRESENTAÇÃO DE FGTS

Seguimos demonstrando a análise o que o edital exige em seu Item 9.9.3:

### 9.9.5. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Corroborando com o que preceitua o Art. 9.6 do edital,

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Ao apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS em nome do Sr. Tiago Nascimento Lourenço, a empresa infringiu uma das regras do certame, visto que a descrição da Razão social não condiz com a empresa ENGTECH.

Ademais, o art. 43 da Lei nº 123/2006, menciona que

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

A própria Lei é clara, a empresa deve apresentar toda documentação, embora haja alguma restrição na regularidade fiscal, e EM NOME DA EMPRESA, não em nome de terceiros, e nem em outro endereço, se fosse assim, seria beneficiada além das demais empresas, apresentando documento divergente do que se exige no edital.

Portanto, a empresa NÃO APRESENTOU O CRF DO FGTS EM NOME DA RAZÃO SOCIAL, e por consequência não seguiu o que o instrumento convocatório exigiu.

## V - DO PEDIDO

Ex positis, a autora requer, que seja CONHECIDO E JULGADO PROCEDENTE ESSE RECURSO, acolhendo os pedidos:

1. A DESCLASSIFICAÇÃO da empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI face os motivos supra apontados; e
2. A CONTINUIDADE DO PREGÃO, procedendo-se a avaliação das propostas de preços restantes até que se apure uma proposta que atenda ao edital.

Entretanto, caso o (a) Sr (a) Pregoeiro (a) indefira a presente peça Recursal, solicitamos que o processo seja encaminhado à I. Autoridade Superior, devidamente informado, para respectiva apreciação e provimento, conforme os ditames do § 4º, do Art. 109, da Lei 8.666/93.

Nestes Termos,  
Espera deferimento.

Manaus / AM, 10 de Novembro de 2020.

Leopoldo Nelson Brozzo Botelho  
Sócio Administrador

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **CONTRARRAZÃO :**

São Paulo/SP, 13 de outubro de 2020.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) da Coordenadoria de Licitações do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2020 - PROAD nº 9105/2020-2.

OBJETO: Contratação de eventual prestação de serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Sede Administrativa, Sede Judicial e seus Anexos, todos sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo toda mão de obra e materiais necessários.

A empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.987.964/0001-69, com sede na Rua Tijuco Preto, 393, sala 82, Tatuapé, São Paulo – SP, CEP: 03316-000, por seu representante legal infra-assinado, vem, tempestivamente, com base no artigo 109, § 3º da Lei nº 8.666/1993, à presença de vossa senhoria apresentar.

#### CONTRARRAZÕES

Ao recurso interposto pela empresa recorrente CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA, já qualificadas nos autos, pelas razões a seguir:

#### I. DOS FATOS

Conforme Ata de Julgamento, a nobre Coordenadoria de Licitações declarou como vencedora dos LOTES 1, 2, 3 e 5 do referido certame a empresa recorrida ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI por ter oferecido menor preço dentre as empresas habilitadas, bem como ter cumprido todos os requisitos exigidos pelo Edital.

Entretanto, a empresa CR OBRAS, apresentou recurso contra tal decisão da COORDENADORIA, alegando que a empresa ENGTECH não cumpre os requisitos legais no que tange à documentação relativa à habilitação da licitante para os lotes arrematados.

Ocorre que as alegações da referida empresa não merecem prosperar, conforme exposto a seguir.

Em suas fundamentações, rasas, a recorrente alega que a empresa ENGTECH, não pode ser habilitada, pois: - “a empresa NÃO APRESENTOU O BALANÇO NA FORMA DA LEI e NÃO APRESENTOU O CRF DO FGTS EM NOME DA RAZÃO SOCIAL”.

Com todo o respeito, a recorrente deveria se atentar em suas observações antes de fundamentar razões equivocadas, questionando a lisura da análise desta doutra COORDENADORIA. Da análise quanto a Qualificação Econômico-Financeira, mostraremos o abstruso cometido pela empresa CR OBRAS. O Edital é claro em sua previsão, onde descreve em seu item 9.10. e subitem a condições para comprovação da qualificação requerida.

Para atendimento a exigência do subitem 9.10.2., apresentamos:

Demonstrativos Contábeis através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), juntando-se o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Termos de Abertura e de Encerramento e Recibo de Entrega do Livro Digital. Com o advento do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e da ECD (Escrituração Contábil Digital), nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 787/07, atualmente, as empresas que assim optarem, enviam eletronicamente sua escrituração contábil à Receita Federal (por meio do SPED e ECD) e esta (Receita Federal) fica responsável pelo envio à Junta Comercial.

Se a recorrente pesquisasse mais saberia que não podem existir duas escriturações relativas ao mesmo período, ou seja, não pode ser autenticado o mesmo livro duas vezes, ou optamos por registrar os livros na Junta Comercial ou enviamos por meio do SPED e ECD.

Quanto a análise dos somatórios dos itens feita pela empresa CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA, é visível a falta de leitura e interpretação do edital por parte da mesma. O edital especifica claramente as condições a serem atendidas conforme segue:

9.10.4.1. O valor do subitem 9.10.4 é referente a 10% (dez por cento) do valor estimativo a ser gasto em cada item, e não ao valor total estimado de cada item. A utilização do segundo parâmetro poderia ocasionar prejuízo à competitividade, além de não espelhar a real necessidade da contratação.

9.10.4.2. No caso de uma empresa arrematar mais de um item, será analisado o somatório dos valores de Patrimônio Líquido exigidos, de todos os itens arrematados pela empresa, conforme tabela acima.

9.10.4.3. Caso a empresa não apresente os índices previstos no subitem 9.10.4 e, caso o somatório dos valores dos itens arrematados exceda o Patrimônio Líquido da empresa, essa será considerada inabilitada.

A Lei nº 8.666/93, artigo 40, inciso VII determina que o edital deve ser claro e objetivo.

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;" (grifo nosso)

O edital foi claro ao especificar que considerou 10% (dez por cento) do valor estimativo a ser gasto em cada item, e não ao valor total estimado de cada item. Se fosse considerado o valor total, como queira a empresa CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA, certamente empresas de pequeno e médio porte não poderiam participar do certame. No entanto, o próprio Tribunal reconhece ao descrever especificamente no edital que, "a utilização do segundo parâmetro poderia ocasionar prejuízo à competitividade, além de não espelhar a real necessidade da contratação."

Neste diapasão o(a) douto(a) pregoeiro(a) informou que a empresa havia atendido ao edital, tanto prosseguiu com a habilitação desta licitante.

Referente a alegação da apresentação de documentos em nomes de terceiros, sinceramente douta Coordenadoria, observamos o desespero e despreparo da recorrente. Uma análise primária verificamos que o documento pertence a empresa ENGTECH, vista menção ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que em todos os documentos apresentados é o mesmo número de inscrição 26.987.964/0001-69. Vale ressaltar que entregamos o SICAF com a validade plena deste documento, o CRF em questão é emitido pelo CNPJ e não pelo CPF, podendo ser diligenciado facilmente junto ao sítio da Caixa Econômica.

Quanto a razão social, houve a alteração da denominação da empresa, que antes era empresário individual passando a ser empresa individual de responsabilidade limitada. Nós simplesmente não podemos estimar ou prever quando os responsáveis pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, emitente da Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, atualizar os dados da empresa.

Desde que não cause prejuízo à administração pública, uma empresa não pode ser excluída do processo de licitação por conta de questões irrelevantes, como omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas. A análise da habilitação deve-se levar em conta o disposto no edital, anexos, bem como nos esclarecimentos disponibilizados.

Diante de tais informações, importa dizer que a empresa ENGTECH, conforme documentação analisada pela COORDENADORIA, atende todos os requisitos de habilitação exigidos no referido edital. Deixar de considerar a empresa ENGTECH como vencedora seria ofensa aos princípios da supremacia do interesse público, da competitividade, da economicidade, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a administração.

Prevê o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital, e assim o fizemos.

Nesse sentido, conforme o renomado autor Hely Lopes Meirelles, "o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes" ("Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283). Quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão seus documentos e propostas com base nesses elementos. Ora, se forem aceitos documentos, propostas ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado e resta claro que a empresa ENGTECH se ateve fielmente às exigências contidas no Instrumento Convocatório.

Diante do exposto acima, evidenciado a nobre COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, não há qualquer razão legal para que a empresa recorrida ENGTECH não seja declarada a vencedora, pois sua proposta é a que traz mais vantagens ao interesse público e da administração.

## II. CONCLUSÃO E PEDIDO

Pelo exposto acima, não merece provimento ao recurso interposto pela empresa recorrente CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA, devendo ser mantida a decisão da COORDENADORIA DE LICITAÇÕES que declarou a empresa ora recorrida ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI como vencedora dos LOTES 1, 2, 3 e 5 do PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2020 - PROAD nº 9105/2020-2.

Termos em que pede deferimento.

-----  
Tiago Nascimento Lourenço

Administrador

RG: 43.791.004-0

CPF: 358.273.148-03

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SR.(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – CAMPINAS/SP

Referência: Pregão Eletrônico 9105/2020-2 – Tribunal Regional Do Trabalho/ TRT da 15ª Região - Campinas/SP.

GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.509.440/0001-42, com sede na Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 04, sala 104, Ed. Evolution V, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada por sua sócia JACIRA COSTA CANDIDO DA SILVA, brasileira, casada, empresária, portadora da identidade nº 062.66571-5 e CPF: 586.804.547-53, vem apresentar

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão que declarou vencedora a empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, publicada no dia 05.11.2020, pelos fatos e fundamentos a seguir.

#### DOS FATOS

A presente licitação, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 15ª Região – Campinas/SP -, possui como objeto a contratação "de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Sede Administrativa, Sede Judicial e seus Anexos, incluindo toda mão de obra e materiais necessários", com valor total estimado de R\$ 715.044.456,20 (setecentos e quinze milhões, quarenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).

A empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI foi declarada vencedora de 4 (quatro) dos itens, dispostos no edital, quais sejam itens 1, 2, 3 e 5, cada um no valor estimado de R\$ 143.008.891,24 (cento e quarenta e três milhões, oito mil e oitocentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos)

Entretanto, tal ato não merece prosperar, posto que a licitante não comprovou o patrimônio líquido necessário para cumprimento do contrato, conforme adiante será demonstrado.

#### DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NECESSÁRIO

Como visto, a D. Comissão exigiu, para fins de habilitação, que a empresa concorrente comprovasse o valor referente a 10% (dez por cento) do valor estimativo a ser gasto em cada item, e, no caso de uma empresa arrematar mais de um item, seria analisado o somatório dos valores de patrimônio líquido exigidos de todos os itens arrematados pela empresa, senão vejamos de trecho retirado do próprio Edital de licitação:

De acordo com o Artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93, a Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes.

O patrimônio líquido é o valor contábil que representa a diferença entre ativo e passivo no balanço patrimonial de uma empresa. Em síntese, o patrimônio líquido nada mais é do que o valor contábil que sócios e/ou acionistas têm na empresa em um determinado momento, ou seja, é o valor disponível para fazer a sociedade girar.

O patrimônio líquido é um dos indicativos mais importantes para o funcionamento da empresa e garantia da administração pública da execução do contrato, posto que ele é um indicador da saúde financeira real e atual da concorrente.

Para análise da saúde financeira das pretensas contratadas, a Administração poderá exigir os requisitos dispostos no Artigo 31 da Lei nº 8.666/93:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma

da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

O Artigo supracitado determina que a Administração poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no seu § 1º do Artigo 56, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes.

O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Note-se que a habilitação financeira tem o condão precípua de avaliar se o pretendo contratado tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, vale dizer, se ele poderá suportar todos os custos que virão da execução do contrato.

Logo, para fazer a análise do valor a ser requerido a título de patrimônio líquido, este deve estar fundamentado em análise comparativa com contratações já concluídas, estimativa de preço final e ou outros dados disponíveis, procedendo-se à quantificação, inclusive monetária, das vantagens e desvantagens da utilização do regime de contratação integrada, sendo vedadas justificativas genéricas, aplicáveis a qualquer empreendimento, e sendo necessária a justificativa circunstanciada no caso de impossibilidade de valoração desses parâmetros.

Como já amplamente explanado na presente, a empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES foi declarada como vencedora dos itens 1, 2, 3 e 5 constantes do Edital, totalizando propostas superiores a R\$ 400.000,000,00 (quatrocentos milhões de reais), enquanto, ao analisar o seu balanço financeiro, nota-se que o seu patrimônio líquido, estabelece um valor em muito inferior ao da sua proposta.

Não é crível que uma empresa que tenha como patrimônio líquido o valor de R\$ 584.000,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil reais) tenha condições e ofereça garantias de prestar serviços com propostas infinitamente superiores ao seu patrimônio.

Apenas para confirmar os argumentos utilizados pela Recorrente, o valor do patrimônio líquido é aproximadamente 0,146% do total das suas propostas vencedoras, portanto, não confere qualquer tipo de garantia ao ente público que terá capacidade econômico-financeira de cumprir o contrato, deflagrando grave risco a administração pública e risco ao erário.

Em que pese o edital prever que o patrimônio líquido deverá ser calculado de acordo com o gasto estimado para cada item, isso não encontra amparo na legislação e menos ainda na jurisprudência, devendo, de maneira inequívoca, o cálculo ser realizado com base no valor orçado pelo órgão para cada item ou na proposta apresentada pelo concorrente, pois é onde, de fato, a empresa licitante se obriga a demonstrar a sua capacidade.

Seja qual for o critério estabelecido para cálculo da qualificação econômico-financeira da Recorrida, impossível comprovar solidez financeira suficiente a garantir um contrato com vultuosos valores, como é o caso do presente, demonstrando de forma cabal a sua real necessidade de ser declarada inabilitada no certame.

#### PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE

Importante princípio violado diz respeito à economicidade, que obriga a Administração Pública a optar pela proposta que una a qualidade do serviço com o menor custo.

Nas palavras do jurista Régis Fernandes de Oliveira:



"Economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício."

O Texto Constitucional impõe como um dos vetores da regular gestão de recursos e bens públicos o respeito ao princípio da economicidade, ao lado do basilar princípio da legalidade. Adicionalmente, impõe-se trazer à baila o disposto nos artigos 1º, § 1º, e 43, II, da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), abaixo:

"Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta Lei:

§ 1º No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas."

"Art. 43. Ao proceder à fiscalização de que trata este Capítulo, o Relator ou o Tribunal:

(...)

II- se verificar a ocorrência de irregularidade quanto à legitimidade ou economicidade, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar razões de justificativa.

A respeitada jurista Maria Sylvia Di Pietro consagrou a tese de que:

"o princípio da economicidade envolve questões de mérito, para verificar se o órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico, atendendo, por exemplo, uma adequada relação custo-benefício."

Vale ressaltar que nem sempre a posposta mais vantajosa é a de menor preço. No presente caso, por exemplo, inequívoco que a concorrente declarada vencedora não possui meios de demonstrar a sua saúde financeira, e, conseqüentemente, de garantir a execução do contrato, suportando todos os custos que virão da execução do instrumento.

## PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

A Lei 8.666/1993 dispõe em seu Artigo 3º que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, bem como a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Este mesmo artigo veda o estabelecimento de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, assim como veda o tratamento diferenciado de natureza comercial, conforme a seguir:

Art. 3º: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. [...]

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (grifos nossos)

Como um dos princípios norteadores da licitação e positivado no Artigo 3º da Lei 8.666/93, o princípio da competitividade visa à seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, se dispondo como a própria essência do procedimento.

Nesse sentido, afirma Toshio Mukai:

"Um dos princípios fundamentais da licitação, que é o da oposição ou competitividade, tão essencial à matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar à competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto."

Com desenvoltura, acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho versa:

"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).

Desta forma, tendo em vista que a Administração Pública tenha por objetivo a contratação de empresa com capacidade técnica e econômico-financeira comprovada, esta deve indicar regras e procedimentos razoáveis com o



objeto a ser licitado, garantindo a contratação de empresa que demonstre solidez em todos os aspectos possíveis para cumprir com as obrigações contratuais.

#### DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer o acolhimento do presente recurso para os fins de inabilitar a empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA e, por consequência, proceder com a análise da documentação das empresas abaixo dela qualificadas no certame nos itens em que esta foi declarada como vencedora.

Em tempo, informa a Recorrente que o presente recurso também será distribuído aos cuidados do Tribunal de Contas da União, para análise dos argumentos trazidos à baila.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2020

GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **CONTRARRAZÃO :**

São Paulo/SP, 13 de outubro de 2020.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) da Coordenadoria de Licitações do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2020 - PROAD nº 9105/2020-2.

OBJETO: Contratação de eventual prestação de serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Sede Administrativa, Sede Judicial e seus Anexos, todos sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo toda mão de obra e materiais necessários.

A empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.987.964/0001-69, com sede na Rua Tijuco Preto, 393, sala 82, Tatuapé, São Paulo – SP, CEP: 03316-000, por seu representante legal infra-assinado, vem, tempestivamente, com base no artigo 109, § 3º da Lei nº 8.666/1993, à presença de vossa senhoria apresentar.

#### CONTRARRAZÕES

Ao recurso interposto pela empresa recorrente GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI, já qualificadas nos autos, pelas razões a seguir:

#### I. DOS FATOS

Conforme Ata de Julgamento, a nobre Coordenadoria de Licitações declarou como vencedora dos LOTES 1, 2, 3 e 5 do referido certame a empresa recorrida ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI por ter oferecido menor preço dentre as empresas habilitadas, bem como ter cumprido todos os requisitos exigidos pelo Edital.

Entretanto, a empresa GENERAL CONTRACTOR, apresentou recurso contra tal decisão da COORDENADORIA, alegando que a empresa ENGTECH não cumpre os requisitos legais no que tange à documentação relativa à habilitação da licitante para os lotes arrematados.

Ocorre que as alegações da referida empresa não merecem prosperar, conforme exposto a seguir.

Em suas fundamentações, rasas, a recorrente alega que a empresa ENGTECH, não pode ser habilitada, pois: - “a licitante não comprovou o patrimônio líquido necessário para cumprimento do contrato”.

Com todo o respeito, a recorrente deveria se atentar em suas observações antes de fundamentar razões equivocadas, questionando a lisura da análise desta doutra COORDENADORIA. Da análise quanto a Qualificação Econômico-Financeira, mostraremos o abstruso cometido pela empresa GENERAL CONTRACTOR. O Edital é claro em sua previsão, onde descreve em seu item 9.10. e subitem a condições para comprovação da qualificação requerida.

Para atendimento a exigência do subitem 9.10.2., apresentamos:

Demonstrativos Contábeis através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), juntando-se o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Termos de Abertura e de Encerramento e Recibo de Entrega do Livro Digital. Com o advento do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e da ECD (Escrituração Contábil Digital), nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 787/07, atualmente, as empresas que assim optarem, enviam eletronicamente sua escrituração contábil à Receita Federal (por meio do SPED e ECD) e esta (Receita Federal) fica responsável pelo envio à Junta Comercial.

Quanto a análise dos somatórios dos itens feita pela empresa GENERAL CONTRACTOR, é visível a falta de leitura e interpretação do edital por parte da mesma. O edital especifica claramente as condições a serem atendidas conforme segue:

9.10.4.1. O valor do subitem 9.10.4 é referente a 10% (dez por cento) do valor estimativo a ser gasto em cada item, e não ao valor total estimado de cada item. A utilização do segundo parâmetro poderia ocasionar prejuízo à competitividade, além de não espelhar a real necessidade da contratação.

9.10.4.2. No caso de uma empresa arrematar mais de um item, será analisado o somatório dos valores de Patrimônio Líquido exigidos, de todos os itens arrematados pela empresa, conforme tabela acima.

9.10.4.3. Caso a empresa não apresente os índices previstos no subitem 9.10.4 e, caso o somatório dos valores dos itens arrematados exceda o Patrimônio Líquido da empresa, essa será considerada inabilitada.

A Lei nº 8.666/93, artigo 40, inciso VII determina que o edital deve ser claro e objetivo.

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;” (grifo nosso)

O edital foi claro ao especificar que considerou 10% (dez por cento) do valor estimativo a ser gasto em cada item,

e não ao valor total estimado de cada item. Se fosse considerado o valor total, como queira a empresa GENERAL CONTRACTOR, certamente empresas de pequeno e médio porte não poderiam participar do certame. No entanto, o próprio Tribunal reconhece ao descrever especificamente no edital que, "a utilização do segundo parâmetro poderia ocasionar prejuízo à competitividade, além de não espelhar a real necessidade da contratação."

Neste diapasão o(a) douto(a) pregoeiro(a) informou que a empresa havia atendido ao edital, tanto prosseguiu com a habilitação desta licitante.

Diante de tais informações, importa dizer que a empresa ENGTECH, conforme documentação analisada pela COORDENADORIA, atende todos os requisitos de habilitação exigidos no referido edital. Deixar de considerar a empresa ENGTECH como vencedora seria ofensa aos princípios da supremacia do interesse público, da competitividade, da economicidade, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a administração.

Prevê o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital, e assim o fizemos.

Nesse sentido, conforme o renomado autor Hely Lopes Meirelles, "o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes" ("Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283). Quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão seus documentos e propostas com base nesses elementos. Ora, se forem aceitos documentos, propostas ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado e resta claro que a empresa ENGTECH se ateve fielmente às exigências contidas no Instrumento Convocatório.

Diante do exposto acima, evidenciado a nobre COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, não há qualquer razão legal para que a empresa recorrida ENGTECH não seja declarada a vencedora, pois sua proposta é a que traz mais vantagens ao interesse público e da administração.

## II. CONCLUSÃO E PEDIDO

Pelo exposto acima, não merece provimento ao recurso interposto pela empresa recorrente GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI, devendo ser mantida a decisão da COORDENADORIA DE LICITAÇÕES que declarou a empresa ora recorrida ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI como vencedora dos LOTES 1, 2, 3 e 5 do PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2020 - PROAD nº 9105/2020-2.

Termos em que pede deferimento.

-----  
Tiago Nascimento Lourenço  
Administrador  
RG: 43.791.004-0  
CPF: 358.273.148-03

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

##### RELATÓRIO E DECISÃO

O Decreto nº 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

"[...]"

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

"[...]"

Como visto acima, a verificação da conformidade da proposta ao instrumento convocatório é função inerente ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, sendo que a desclassificação das propostas em desacordo com o Edital deve ser procedida de forma objetiva e fundamentada.

#### DECISÃO - RECURSO GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI

Razão não assiste à Recorrente ao alegar que "a licitante não comprovou o patrimônio líquido necessário para cumprimento do contrato."

Com relação ao valor arrematado pela Recorrida, somando-se os itens em que sagrou-se vencedora, R\$ 402.097.151,43, erroneamente a Recorrente apega-se ao valor total do orçamento constante no item 8 do Termo de Referência. Porém, O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO É CLARO EM SEU ITEM 9.10.3, ao informar a "ESTIMATIVA DE CONSUMO" para esta contratação, MUITO AQUÉM DO ORÇAMENTO CONSTANTE DO ITEM 8 acima mencionado, qual seja:

#### CIRCUNSCRIÇÃO / ITEM - ESTIMATIVA DE GASTO

1 (Campinas) - R\$ 620.000,00

2 (Sorocaba e Bauru) - R\$ 310.000,00

3 (São José dos Campos) - R\$ 280.000,00

4 (Ribeirão Preto) - R\$ 250.000,00

5 (Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto) - R\$ 350.000,00

Conforme informado pelo Sr. Coordenador de Projetos e Obras deste E. TRT no Documento de Oficialização de Demanda, em razão da necessidade de inclusão nesta contratação de todos os possíveis serviços de manutenção civil a serem executados nos imóveis sob responsabilidade deste E. Tribunal, o valor final da planilha orçamentária é muito superior ao valor normalmente utilizado, com isso, para orientação dos licitantes, constou no item 3.1 acima mencionado, estimativa de gasto para esta contratação, bem como os valores despendidos por este Egrégio no último contrato desta natureza (item 3 do Termo de Referência).

Ademais, o item referente à Qualificação Econômico-Financeira constante no edital é cristalino em seus subitens 9.10.4 e 9.10.4.1: "9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de:

01) R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil Reais) – para o Item 01.

02) R\$ 31.000,00 (trinta e um mil Reais) – para o Item 02.

03) R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil Reais) – para o Item 03.

04) R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil Reais) – para o Item 04.

05) R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil Reais) – para o Item 05.

9.10.4.1. "O VALOR DO SUBITEM 9.10.4 É REFERENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR ESTIMATIVO A SER GASTO EM CADA ITEM, E NÃO AO VALOR TOTAL ESTIMADO DE CADA ITEM. A UTILIZAÇÃO DO SEGUNDO PARÂMETRO PODERIA OCASIONAR PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE, ALÉM DE NÃO ESPELHAR A REAL NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO." O Patrimônio Líquido da Engtech é R\$ 584.903,68. Portanto, atendeu ao disciplinado em edital. Dessa forma, descabida a alegação da Recorrente ao afirmar que "o valor do patrimônio líquido é aproximadamente 0,146% do total das suas propostas vencedoras, portanto, não confere qualquer tipo de garantia ao ente público que terá capacidade econômico-financeira de cumprir o contrato, deflagrando grave risco à administração pública e risco ao erário".

Em suas razões recursais, a Recorrente afirma que, "em que pese o edital prever que o patrimônio líquido deverá ser calculado de acordo com o gasto estimado para cada item, isso não encontra amparo na legislação e menos

ainda na jurisprudência, devendo, de maneira inequívoca, o cálculo ser realizado com base no valor orçado pelo órgão para cada item ou na proposta apresentada pelo concorrente, pois é onde, de fato, a empresa licitante se obriga a demonstrar a sua capacidade."

A RECORRENTE DEDUZ PRETENSÃO CONTRA FATO INCONTROVERSO DEVIDAMENTE ESTAMPADO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E VEÍCULA INCONFORMISMO EXTEMPORÂNEO RELATIVO A CRITÉRIO EDITALÍCIO SOMENTE APÓS TER PERDIDO A DISPUTA.

Pois bem, a questão levantada pela recorrente REFERE-SE AO EDITAL. Desta forma, o caminho legal seria sua IMPUGNAÇÃO, em conformidade com o Decreto n.º 10.024/2019, Art. 24. "Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública." Segue entendimento do TCU, acórdão n.º 1440/2007 – Plenário:

20 – "Ora, se o signatário da representação já tinha ciência de que os preços da administração eram inexequíveis, deveria ter IMPUGNADO O EDITAL E NÃO AGUARDADO O DESFECHO DA LICITAÇÃO PARA SÓ ENTÃO INGRESSAR COM RECURSO. Compreendo, portanto, que precluiu seu direito de recorrer".

O Art. 31 da Lei n.º 8.666/93 dispõe que o valor do patrimônio líquido não poderá exceder 10% do valor estimado da contratação. Conforme já informado no instrumento convocatório em seu item 9.10.4, O VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É O VALOR ESTIMADO A SER GASTO, E NÃO O VALOR ORÇADO NO ITEM 8, COMO INSISTE EM ALEGAR A RECORRIDA. As disposições editalícias cumpriram o quanto preconizado pelo art. 40 da lei acima mencionada, que estabelece em seu inciso VII, que o instrumento convocatório deve conter critério para julgamento, COM DISPOSIÇÕES CLARAS E PARÂMETROS OBJETIVOS, o que, notadamente, ocorreu no caso em tela.

A Lei n.º 8.666/93, em seu Art. 3º, disciplina que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, dentre outros.

Recurso Administrativo refere-se aos atos praticados pela pregoeira durante o curso do certame. A empresa foi habilitada pois apresentou todos os documentos de habilitação em consonância ao que foi solicitado em edital. Os atos praticados por esta pregoeira estão em consonância com o Art. 2º e 17º do Decreto n.º 10.024/19, pois atendeu aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, proporcionalidade, dentre outros, e de acordo com as condições de habilitação, em conformidade com as disposições editalícias.

Por fim, com relação à informação da Recorrente ao final de suas razões recursais de que "o presente recurso também será distribuído aos cuidados do Tribunal de Contas da União, para análise dos argumentos trazidos à baila", a empresa está no seu direito, haja vista ser o TCU o órgão responsável pelo julgamento das contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais.

Por todo exposto acima, depreendem-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, VII.

Nesses termos, encaminho os autos à elevada consideração do Senhor Diretor-Geral deste E. TRT, em conformidade com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019.

#### DECISÃO - RECURSO CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA

Referente ao Balanço Patrimonial, razão não assiste à Recorrente. A Engtech encaminhou seu Balanço Patrimonial em conformidade com o item 9.10.2 do edital que dispõe que a licitante deverá apresentar "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)." O documento encontra-se anexado ao Processo Administrativo deste E. TRT, n.º 116, fls. 13/17.

A Engtech apresentou seu Balanço em formato digital, por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) da Receita Federal do Brasil.

Quanto à alegação de ausência de assinatura e registro, na folha "RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL" consta "ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS": Procurador e Contador: ANGELITA PASCOAL MORETTI. A Escrituração foi "recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO." Ainda, na mesma folha consta "considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994."

Em simples consulta ao site oficial <http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>, com pesquisa realizada utilizando-se o HASH constante no Balanço Patrimonial apresentado pela Recorrida - HASH: BD2F665A5B685AD9D561D5C1436544AA970C7145, consta a situação: "A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994)."

Ademais, o próprio Portal de Compras do Governo Federal, em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sicaf-normativo>, dispõe:

"17 - EM QUAL ÓRGÃO DEVE SER REGISTRADO O BALANÇO PATRIMONIAL?"

EM RELAÇÃO AO BALANÇO PATRIMONIAL EM FORMATO DIGITAL, A SUA AUTENTICAÇÃO SERÁ COMPROVADA POR MEIO DO RECIBO DE ENTREGA EMITIDO PELO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED), QUANDO DO ENVIO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL – ECD, nos termos do § 1º, do art. 78- A do Decreto nº 1800, de 30 de Janeiro de 1966 (incluído pelo Decreto n.º 8.638, de 25 de fevereiro de 2016).

Já o empresário ou a sociedade empresária que não estiverem obrigados a utilizar a Escrituração Contábil Digital – ECD, esses poderão apresentar cópia digitalizada do Balanço Patrimonial autenticado pela Junta Comercial.

As demais pessoas jurídicas deverão apresentar a cópia digitalizada do Balanço Patrimonial com assinatura de seu representante legal e do contador responsável, autenticada pelo órgão responsável pelo seu registro.”

Com relação à observação de registro do “livro diário”, a Lei Complementar n.º 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às ME/EPPs, especialmente no que se refere a impostos e contribuições, obrigações trabalhistas e previdenciárias, acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão e ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da CF.

Em seu Art. 27, especifica que as ME/EPPs optantes pelo Simples Nacional poderão adotar CONTABILIDADE SIMPLIFICADA.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, em seu MANUAL DE “ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA” de 2008, relata que a LC nº 123/06, no “art. 27, assegura que as pessoas jurídicas enquadradas dentro das condições estabelecidas podem adotar “contabilidade simplificada”. Todavia, considerando que, por essência da ciência, inexistia aquela figura, o Conselho Federal de Contabilidade, acolhendo o espírito do legislador, acabou ancorando o permissivo de uma “escrituração contábil simplificada”. Portanto, em vez de realizar “contabilidade completa”, as microempresas e as empresas de pequeno porte podem valer-se de SISTEMA ESCRITURAL DE MENOR COMPLEXIDADE, mais prático em termos operacionais.”

“O regramento acerca das providências a cargo do contabilista quanto às demonstrações contábeis e à vista das disposições do RIR/99, exige que sejam transcritas no Livro Diário, PELO MENOS, AS DEMONSTRAÇÕES I E III que seguem; já consignadas, neste particular, as alterações realizadas pela Lei nº 11.638/07:

- I. BALANÇO PATRIMONIAL;
- II. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- III. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO;
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- V. Demonstração do Valor Adicionado;”

Como visto acima, o Manual especifica a contabilidade simplificada como a não obrigatoriedade de confecção dos itens II, IV e V mencionados acima. No Balanço Patrimonial apresentado pela Engtech constaram os Termos de Abertura e Encerramento, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício e o Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital.

Com relação ao Certificado de Regularidade do Contador – CRC, o edital não exige sua apresentação. Não obstante, em simples consulta ao site do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, verifica-se que a contadora Angelita Pascoal Moretti encontra-se com o status “situação ativa”. Consta, ainda, que a profissional está “habilitada para prestar serviços contábeis de acordo com os art. 25 e 26 do DL 9295/46.”

Por sua vez, o Decreto Lei n.º 9295/46, que “cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências”, em seu Art. 25 dispõe que “são considerados trabalhos técnicos de contabilidade: b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações.

Com relação ao valor arrematado pela Recorrida, somando-se os itens em que sagrou-se vencedora - R\$ 402.097.151,43 - erroneamente a Recorrente apegou-se ao valor total do orçamento constante no item 8 do Termo de Referência.

Porém, O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO É CLARO EM SEU ITEM 9.10.3, ao informar a “ESTIMATIVA DE CONSUMO” para esta contratação, MUITO AQUÉM DO ORÇAMENTO CONSTANTE DO ITEM 8 acima mencionado, qual seja:

#### CIRCUNSCRIÇÃO / ITEM - ESTIMATIVA DE GASTO

- 1 (Campinas) - R\$ 620.000,00
- 2 (Sorocaba e Bauru) - R\$ 310.000,00
- 3 (São José dos Campos) - R\$ 280.000,00
- 4 (Ribeirão Preto) - R\$ 250.000,00
- 5 (Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto) - R\$ 350.000,00

Conforme informado pelo Sr. Coordenador de Projetos e Obras deste E. TRT no Documento de Oficialização de Demanda, em razão da necessidade de inclusão nesta contratação de todos os possíveis serviços de manutenção civil a serem executados nos imóveis sob responsabilidade deste E. Tribunal, o valor final da planilha orçamentária é muito superior ao valor normalmente utilizado, com isso, para orientação dos licitantes, constou no item 3.1 acima mencionado, a estimativa de gasto para esta contratação, bem como os valores despendidos por este Egrégio no último contrato desta natureza (item 3 do Termo de Referência).

Ademais, o item referente à Qualificação Econômico-Financeira constante no edital é cristalino em seus subitens 9.10.4 e 9.10.4.1: “9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio

líquido de:

- 01) R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil Reais) – para o Item 01.
- 02) R\$ 31.000,00 (trinta e um mil Reais) – para o Item 02.
- 03) R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil Reais) – para o Item 03.
- 04) R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil Reais) – para o Item 04.
- 05) R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil Reais) – para o Item 05.

9.10.4.1. "O VALOR DO SUBITEM 9.10.4 É REFERENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR ESTIMATIVO A SER GASTO EM CADA ITEM, E NÃO AO VALOR TOTAL ESTIMADO DE CADA ITEM. A UTILIZAÇÃO DO SEGUNDO PARÂMETRO PODERIA OCASIONAR PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE, ALÉM DE NÃO ESPELHAR A REAL NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO." O Patrimônio Líquido da Engtech é R\$ 584.903,68. Portanto, atendeu ao disciplinado em edital. Dessa forma, descabida a alegação da Recorrente ao afirmar que o aceite do Balanço Patrimonial da Recorrida "infringiu um dos princípios basilares da licitação que é o julgamento objetivo da licitação".

Referente ao Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, novamente razão não assiste à Recorrente. A redação do item 9.9.3 exige prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em simples consulta ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, por meio do link <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf#>, menu "consulta" - "situação do fornecedor", informando o número do CNPJ, foi verificada a regularidade da Recorrida. Trata-se do documento n.º 115 (fl.3) anexado ao Processo Administrativo deste E. TRT. O item 5.3 do edital faculta aos licitantes a possibilidade de utilizar os documentos de habilitação que constem do Sicafe. No Sicafe da Recorrida verificado por esta Pregoeira consta CNPJ (26.987.964/0001-69) e razão social (Engtech Construções e Serviços de Engenharia), portanto, ambos corretos.

Não obstante, no CRF APRESENTANDO PELA RECORRIDA CONSTA O CNPJ CORRETO. A razão social consta "Tiago Nascimento Lourenço" (inclusive o nome do único sócio da empresa). Não há óbice em haver alteração da razão social de uma empresa, inclusive fato comum de ocorrer, e o órgão emissor do certificado/certidão ainda não efetuar as devidas alterações.

O TCU já se manifestou nesse sentido, conforme se verifica no Acórdão TCU 1158/2016 – Plenário, inclusive determinando a desconstituição do ato de desclassificação por excesso de formalismo e prejuízo da competitividade: "6. Instruindo o feito, a Secretaria de Controle Externo em Goiás (Secex-GO) considera que a omissão da universidade em oferecer uma defesa mais aguda dos atos administrativos praticados por seus servidores "torna mais patente o EXCESSO DE FORMALISMO ADOTADO AO DESCLASSIFICAR A EMPRESA REPRESENTANTE SIMPLEMENTE POR ESTAREM SEUS ATESTADOS EM NOME DE SUA RAZÃO SOCIAL ANTERIOR".

7. Conclusivamente, a unidade técnica propugna o conhecimento e a formação de juízo de procedência da representação, com a fixação de prazo para que a FUFMT: "adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de DESCONSTITUIR OS ATOS DE DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE L. P. Engenharia Eireli na Concorrência 6/2015, OCORRIDA EM RAZÃO DE A COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO ACATAR OS ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA APRESENTADOS PELA LICITANTE EMITIDOS EM NOME DA SUA ANTIGA RAZÃO SOCIAL, CONFIGURANDO EXCESSO DE FORMALISMO DA COMISSÃO EM PREJUÍZO DA COMPETITIVIDADE, podendo dar andamento ao certame após retificar o ato".

Oportuno frisar que o Contrato Social apresentado pela Recorrida consta sua razão social Engtech Construções e Serviços de Engenharia Eireli.

O Acórdão supracitado enfatiza, ainda, que "14. No caso em apreço, houve simples alteração na razão social da representante, circunstância insuscetível, por si só, de lhe retirar a aptidão técnica revelada em obras anteriormente executadas. Como registrou a Secex-GO em sua primeira intervenção no processo, ainda na fase de cautelar,

"A RAZÃO SOCIAL É O NOME DA EMPRESA NO ORDENAMENTO JURÍDICO; SUA ALTERAÇÃO NÃO TRAZ, A PRIORI, IMPLICAÇÃO NA SUA CAPACIDADE DE EXECUTAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO A QUE SE PROPÕE EM UM CERTAME LICITATÓRIO. No caso em tela, o CNPJ, o sócio proprietário e o endereço da empresa são os mesmos; logo, trata-se da mesma empresa com nome diferente. Assim, as certidões emitidas em nome da empresa PPO Pavimentação e Obras Ltda. podem, em tese, ser aproveitadas para a empresa L. P. Engenharia EIRELI, pois se trata da mesma pessoa jurídica."

Recurso Administrativo refere-se aos atos praticados pela pregoeira durante o curso do certame. A empresa foi habilitada pois apresentou todos os documentos de habilitação em consonância ao que foi solicitado em edital. Os atos praticados por esta pregoeira estão em consonância com o Art. 2º e 17º do Decreto n.º 10.024/19, pois atendeu aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, proporcionalidade, dentre outros, e de acordo com as condições de habilitação, em conformidade com as disposições editalícias.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, Inciso VII.

Nesses termos, encaminho os autos à elevada consideração do Senhor Diretor-Geral deste E. TRT, em conformidade com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019.

**Fechar**



## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO**

Vistos.

A empresa CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA, licitante no presente certame, interpõe, tempestivamente, recurso administrativo (doc.136) pretendendo a desclassificação da empresa ENGTECH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI.

Em apertada síntese, questiona se a empresa declarada vencedora se encontra em condições de suportar financeiramente a execução do objeto do certame. Alega que a Recorrida não cumpriu formalidades relativas ao balanço da empresa, faltando assinatura do contador e do titular (ou representante legal), bem como prova de registro do Livro Diário na Junta Comercial ou cartório. Afirma, ainda, que não foi apresentado o Certificado de Regularidade do Contador - CRC e que o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF não se encontra em nome da razão social da empresa.

Contrarrazões no próprio documento 136, na pág.4.

Também inconformada com a classificação da precitada empresa declarada vencedora, a licitante GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI interpôs, tempestivamente, recurso administrativo (doc.137).

Alega, resumidamente, que a Recorrida não apresentou patrimônio líquido necessário para o contrato, uma vez que os itens 1, 2, 3 e 5, nos quais a Recorrida foi declarada vencedora, totalizam propostas superiores a R\$ 400.000,000,00 (quatrocentos milhões de reais).

De acordo com a recorrente,

"em que pese o edital prever que o patrimônio líquido deverá ser calculado de acordo com o gasto estimado para cada item, isso não encontra amparo na legislação e menos ainda na jurisprudência, devendo, de maneira inequívoca, o cálculo ser realizado com base no valor orçado pelo órgão para cada item ou na proposta apresentada pelo concorrente, pois é onde, de fato, a empresa licitante se obriga a demonstrar a sua capacidade."

Prossegue afirmando que,

"tendo em vista que a Administração Pública tenha por objetivo a contratação de empresa com capacidade técnica e econômico-financeira comprovada, esta deve indicar regras e procedimentos razoáveis com o objeto a ser licitado, garantindo a contratação de empresa que demonstre solidez em todos os aspectos possíveis para cumprir com as obrigações contratuais."

Contrarrazões no próprio documento 137, na pág.5.

A Pregoeira responsável pela condução do certame, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do Decreto n.º 10.024/20, recebeu os recursos administrativos interpostos e, após examiná-los, manteve sua decisão (docs. 138 e 139).

Relatados.

#### **RECURSO DA 1ª RECORRENTE - CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA**

A 1ª Recorrente aponta descumprimento de formalidades relativas ao balanço da empresa.

No entanto, a Engtech encaminhou seu Balanço Patrimonial em conformidade com o item 9.10.2, que dispõe:

"9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)(...)".

Denota-se que a 1ª Recorrente pretende não reconhecer a autenticidade do Balanço Patrimonial da empresa Recorrida que foi apresentado na forma digital, por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) da própria Receita Federal do Brasil, e se encontra acostada no documento 116, págs.13/17.

Trata-se portanto, de documento registrado junto ao site oficial (<http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>).

Verifica-se na pág. 17 do referido documento, Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital:

"Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação. BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014".

ou ainda:

"Este livro foi assinado com os seguintes certificados digitais: Procurador e Contador: Angelita Pascoal Moretti".

A Pregoeira se assegurou da autenticidade do documento ora questionado mediante consulta utilizando o HASH BD2F665A5B685AD9D561D5C1436544AA970C7145 constante no Balanço Patrimonial, pelo qual a Receita retorna o seguinte texto:

"A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994)".

Evidenciam-se despropositadas as alegações da 1ª Recorrente mediante simples consulta ao Portal de Compras do Governo Federal, que preconiza:

"Em relação ao balanço patrimonial em formato digital, a sua autenticação será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo sistema público de escrituração digital (sped), quando do envio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos do § 1º, do art. 78- A do Decreto nº 1800, de 30 de Janeiro de 1966 (incluído pelo Decreto n.º 8.638, de 25 de fevereiro de 2016)".

Tampouco do ponto de vista valorativo, o Balanço Patrimonial da Recorrida mostra-se aquém do necessário.

Descabido pretender cotejar o valor patrimonial da empresa ao valor total do orçamento constante no item 8 do Termo de Referência, como pretende a 1ª Recorrente, ao passo que é objetivo o edital:

"9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de:

01) R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil Reais) – para o Item 01.

02) R\$ 31.000,00 (trinta e um mil Reais) – para o Item 02.

03) R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil Reais) – para o Item 03.

04) R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil Reais) – para o Item 04.

05) R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil Reais) – para o Item 05.

9.10.4.1. O valor do subitem 9.10.4 é referente a 10% (dez por cento) do valor estimativo a ser gasto em cada item, e não ao valor total estimado de cada item. A utilização do segundo parâmetro poderia ocasionar prejuízo à competitividade, além de não espelhar a real necessidade da contratação.

9.10.4.2. No caso de uma empresa arrematar mais de um item, será analisado o somatório dos valores de Patrimônio Líquido exigidos, de todos os itens arrematados pela empresa, conforme tabela acima.

9.10.4.3. Caso a empresa não apresente os índices previstos no subitem 9.10.4 e, caso o somatório dos valores dos itens arrematados exceda o Patrimônio Líquido da empresa, essa será considerada inabilitada". (g.n.)

Denota-se, portanto, que o Patrimônio Líquido da empresa Engtech, no importe de R\$ 584.903,68 (quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e três reais e sessenta e oito centavos) (doc.116, pág.15), atende com largueza o valor mínimo preceituado no instrumento convocatório, apresentando, nesse sentido, plenas condições de suportar financeiramente a execução do objeto do contrato.

Conforme informado pelo Sr. Coordenador de Projetos e Obras deste Tribunal no Documento de Oficialização de Demanda, em razão da necessidade de inclusão nesta contratação de todos os possíveis serviços de manutenção civil a serem executados nos imóveis sob responsabilidade desta Corte, o valor final da planilha orçamentária é muito superior ao valor normalmente utilizado, com isso, para orientação dos licitantes, constou no item 3, pág.35, do Termo de Referência, a estimativa de gasto para esta contratação, bem como os valores despendidos por este Egrégio no último contrato desta natureza.

Quanto ao registro do Livro Diário na Junta Comercial ou cartório, há de ser considerada a condição de microempresa da Recorrida, que lhe permite tratamento diferenciado e favorecido, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006, no particular, "contabilidade simplificada", de acordo com o art. 27 do referido diploma.

Contudo, diante do silêncio normativo quanto ao alcance da expressão "contabilidade simplificada", a Pregoeira valeu-se de entendimento exarado no Manual de Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a obrigatoriedade de que sejam transcritos no Livro Diário tão-somente o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, estando ambos registrados no precatado Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) da Receita Federal do Brasil, adrede considerados como devidamente autenticados.

Também não prospera a intenção da 1ª Recorrente desabilitar a Recorrida por não apresentar o Certificado de Regularidade do Contador - CRC, posto que o edital não o exige. Mesmo assim, consulta ao site do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, confirma que a contadora Angelita Pascoal Moretti encontra-se com o "status" "situação ativa", estando "habilitada para prestar serviços contábeis de acordo com os art. 25 e 26 do DL 9295/46".

Finalmente, cumpre confirmar o acerto da Pregoeira em aceitar o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF em nome de "Tiago Nascimento Lourenço", nome do único sócio da empresa, uma vez que o CNPJ que consta no referido CRF corresponde ao da empresa, cuja razão social se encontra acostada no SICAF da empresa (doc. 115, pág.3), constando ali também a regularidade de sua situação fundiária, em conformidade com o item 5.3 do edital.

O Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de o órgão emissor não atualizar a razão social da empresa, conforme Acórdão TCU 1158/2016:

"torna mais patente o excesso de formalismo adotado ao desclassificar a empresa representante simplesmente por estarem seus atestados em nome de sua razão social anterior".

## RECURSO DA 2ª RECORRENTE - GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI

A 2ª Recorrente entende que a Recorrida não apresentou patrimônio líquido necessários para o contrato.

Aduz, para tanto, que,

"em que pese o edital prever que o patrimônio líquido deverá ser calculado de acordo com o gasto estimado para cada item, isso não encontra amparo na legislação e menos ainda na jurisprudência, devendo, de maneira inequívoca, o cálculo ser realizado com base no valor orçado pelo órgão para cada item ou na proposta apresentada pelo concorrente, pois é onde, de fato, a empresa licitante se obriga a demonstrar a sua capacidade."

Prossegue afirmando que

"tendo em vista que a Administração Pública tenha por objetivo a contratação de empresa com capacidade técnica e econômico-financeira comprovada, esta deve indicar regras e procedimentos razoáveis com o objeto a ser licitado, garantindo a contratação de empresa que demonstre solidez em todos os aspectos possíveis para cumprir com as obrigações contratuais".

De imediato depreende-se que está, em verdade, insurgindo-se contra os termos do edital, o que se revela absolutamente intempestivo, diante do que dispõe o Decreto nº 10.024/2019:

"Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública".

Faculdade da qual se valeu, oportunamente, um dos licitantes do certame, tendo recebido a devida atenção da área técnica, conforme se verifica dos documentos 112 e 113.

Afora a questão da extemporaneidade da impugnação ao edital, verifica-se que a 2ª Recorrente também pretende parametrizar o Patrimônio Líquido pelo valor total do orçamento, como a 1ª Recorrente, ao arrepio do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, uma vez que são objetivas as disposições do edital, conforme já exaustivamente explanado na fundamentação do 1º recurso.

Do exposto, acolho integralmente as razões expendidas pela Pregoeira (docs. 138 e 139), corroboradas pela Coordenadoria de Licitações, que adoto como fundamentação, para conhecer dos recursos interpostos pelas empresas CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA e GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI (docs. 136 e 137), e, no mérito, negar-lhes provimento, com fulcro no inciso IV do art. 8º do Decreto n.º 5.450/05.

**Fechar**